



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

EXTENSÃO E PESQUISA: RELAÇÕES COM O COMPROMISSO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA UNIVERSIDADE

*Regina Célia Faria Amaro Giora - Universidade Presbiteriana Mackenzie
Sandra Maria Dotto Stump - Universidade Presbiteriana Mackenzie*

Resumo: Este artigo tece, inicialmente, algumas considerações sobre a extensão universitária e a pesquisa, entendidas, contemporaneamente, como atividades pedagógica indissociáveis do ensino e, em seguida, estabelece sua relação com os conceitos de compromisso e responsabilidade social das universidades.

Palavras-chave: extensão , pesquisa, ensino, universidade, compromisso e responsabilidade social



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O papel da extensão

Numa perspectiva contemporânea cabe à Universidade no Brasil desempenhar três atividades fundamentais: transmitir conhecimento - ensinar; produzir conhecimento - pesquisar e, finalmente, estender o conhecimento à sociedade.

Essas três atividades devem, de acordo com a legislação vigente, ser equivalentes e merecer igualdade de tratamento por parte da universidade, pois do contrário, estará infringindo o preceito constitucional no seu artigo 207, que preconiza a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Ensinar e pesquisar são atividades que, dentro e fora do mundo acadêmico, todos entendem o significado. No caso da extensão, a compreensão é ainda permeada de muitos equívocos, ambigüidades e incertezas. Isso se explica, porque na história da jovem universidade brasileira o conceito e a prática da extensão mudaram continuamente, desde sua origem, na década de 30. Na perspectiva da influência européia, compreendia-se por extensão apenas cursos e da influência americana a extensão significava prestação de serviços.

Foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, que a extensão começou a ser discutida sistematicamente, dentro e fora da academia.

Nos anos que se seguiram, foram criados dois importantes Fóruns voltados especificamente para a extensão: o FORPROEXT - Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas e o ForExt - Fórum Nacional de Extensão das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias. Mais tarde, foi criado, também, o Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares, o ForExp. Uma das principais preocupações dos Fóruns tem sido a avaliação da extensão universitária instituída pelo MEC, por meio do SINAES. Os Fóruns têm como principal objetivo ter voz e assento no MEC, colaborando, na construção de uma política de extensão para o ensino superior. Já em 1989, o FORPROEX, elaborou um conceito de extensão, que tem sido referência para o MEC, e também adotado pela maioria de universidades privadas, em especial pelas comunitárias. É o seguinte:



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

“A extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa, de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (RENEX, 2000).

A ênfase na extensão coincide com a alteração do tradicional modelo de universidade ocorrido em todo o mundo ocidental. O modelo humboldtiano não se mostrou mais adequado ao momento histórico vivido, ou seja, as exigências apresentadas pelo contexto social, político e econômico passaram a ser outras para essa milenar instituição e novas ideias tomaram força suficiente para “abalar” a antiga estrutura da universidade. Agora, além de primar na busca da qualidade científica, tecnológica e artístico-cultural, busca demonstrar seu compromisso social por meio de ações afirmativas e adotar, em muitos casos, a responsabilidade social como modelo de gestão. Esse fenômeno observado na Europa e Estados Unidos, teve forte impacto principalmente na América Latina. Isso ocorreu devido ao processo de democratização dos países do bloco ocidental e ao processo de globalização. A extensão universitária tem se mostrado, a dimensão educativa privilegiada para que compromisso social e responsabilidade social se apresentem.

No Brasil, a grande transformação do modelo tradicional de universidade teve início nas décadas de 80 e 90, e nesse período ocorreu um aumento extraordinariamente grande de instituições de ensino superior privadas. A competição entre essas foi um dos fatores determinantes para que se apropriassem do conceito de responsabilidade social, e esse começasse a ser utilizado como estratégia de *marketing*. A extensão, até então, considerada a prima pobre do ensino e da pesquisa, começa a aparecer com mais frequência na propaganda e publicidade das universidades privadas. No caso das universidades comunitárias, o conceito de compromisso social foi enfatizado. Luis Síveres, 2004, observa que o uso do conceito de responsabilidade social pode conter subjacentemente, as ideias de dirigismo e assistencialismo.

A extensão também passa a ocupar nos documentos oficiais do governo o mesmo *status* que as outras duas dimensões: ensino e pesquisa. Encontra-se presente na Lei de Diretrizes e Bases da



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Educação Brasileira, de número 9.394/1996, que orienta a educação superior, nos artigos: 43, incisos I, II, III, IV, V e VI; no artigo 44, inciso IV; no artigo 52, no artigo 53, incisos I, III e VII e no parágrafo único, inciso IV. Está presente também na Lei de número 10.172/2001, na meta 23, que garante oferta de cursos de extensão e assegura 10% do total de créditos à extensão, durante a formação do aluno e na Lei 10.861/ 2004, nos artigos 2 e 3, que instituem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, baseado nas três dimensões do processo educativo: ensino, pesquisa e extensão. No SINAES, a extensão surge como critério a ser avaliado com peso relevante no PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional e no PPP – Projeto Político Pedagógico da Universidade.

Segundo Adolfo Calderón, 2007, o SINAES propõe-se a focar: 1-a transferência do conhecimento e importância social das ações universitárias e os impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional; 2-a natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho; 3- as instituições sociais e culturais educativas de todos os níveis; 4-as ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania e atenção a setores excluídos por meio de políticas afirmativas.

O conceito progressista de extensão utilizado contemporaneamente, com nítida influência das ideias de Paulo Freire, implica, na prática, a adoção de metodologias de ensino-aprendizagem problematizadoras que resultem em: democratização do conhecimento científico, instrumentalização do processo dialético teoria e prática; promoção da interdisciplinaridade; participação efetiva da comunidade e da universidade e, visão integradora do social e relação transformadora entre Universidade e demais instâncias sociais.

O Plano Nacional de Extensão - PNE, elaborado pelo MEC, em 1999/2001 coloca em seus objetivos principais: tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão, tomando-a como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade e, além disso, criar condições para a participação da universidade na elaboração de políticas públicas voltadas para a



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

maioria da população, bem como para o reconhecimento dessa instituição, como organismo legítimo de acompanhamento e avaliação da implantação de tais políticas.

Quase todas as universidades, sejam elas públicas ou privadas, têm procurado seguir, pelo menos na teoria, a orientação do PNE - Plano Nacional de Extensão, que estabelece que a função social da universidade, indicativa de seu compromisso com a sociedade, realiza-se em 8 áreas temáticas do conhecimento: Cultura, Comunicação, Direito e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Trabalho e Tecnologia e Produção, por meio das seguintes modalidades: Programas, Projetos, Cursos, Eventos, Prestação de Serviços e Registro de Produtos Acadêmicos resultantes de atividades de extensão.

Por Programa, entende-se um conjunto de projetos articulados de forma institucional, contemplando objetivos com característica temporal de continuidade e permanência. Poucas são as universidades privadas que mantêm programas.

Projeto é um conjunto de atividades de caráter educativo, científico ou tecnológico, desenvolvido de forma planejada, com objetivos e periodicidade definida, assim como, prazo de início e fim previstos. Nesse caso, os projetos buscam atender as demandas da comunidade que impliquem em maior visibilidade.

Curso é um conjunto articulado de ações pedagógicas, planejadas e organizadas de forma sistemática, de caráter teórico e/ou prático, presencial ou à distância, incluindo carga horária e processo de avaliação formal.

Evento, a modalidade mais frequente nas universidades, é uma proposta de caráter educativo, esportivo, cultural, social, científico, sem necessariamente possuir o caráter de continuidade. Eventos têm sido amplamente utilizados como estratégia de divulgação no âmbito publicitário.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

Prestação de Serviço é trabalho prestado à comunidade interna da universidade e/ou externa, podendo, inclusive, gerar recursos alternativos para a instituição.

Registro de Produtos Acadêmicos é um conjunto de bens ou serviços produzidos no âmbito da universidade, que visam aplicar e disseminar o conhecimento

Embora a orientação dada pelo MEC, por meio do PNE, seja dirigida a todas as universidades, na prática, o que se observa nos meios acadêmicos, é que, a extensão ainda é considerada uma dimensão menor, complementar no processo educativo, principalmente pelas universidades com forte tradição em ensino e pesquisa. Frequentemente, nesse caso, a extensão aparece como sinônimo de curso ou prestação de serviços. Observa-se que essas são, a grosso modo, apenas duas das modalidades de extensão, e que nem sempre prestação de serviços pode ser considerada extensão. Pode ser entendida, também, de forma equivocada, como atividade social de natureza assistencialista e caritativa, principalmente, nas universidades privadas de natureza confessional, e, por essa razão, não recebe a mesma atenção dispensada ao ensino e à pesquisa.

Na universidade comunitária, a extensão sempre esteve presente por meio do seu compromisso social, como já foi assinalado. Ressalta Aldo Vannucchi, 2006, que a missão de uma universidade comunitária está continuamente voltada para um ensino que faça sentido, para uma pesquisa que ajude a resolver os problemas da comunidade e para uma extensão que se articule com o ensino que é transmitido, com a pesquisa que é produzida, tendo como objetivo a transformação social.

Para o autor, a extensão numa universidade comunitária é a porta que se abre para diferentes setores da sociedade, buscando um diálogo permanente. Ao mesmo tempo em que leva conhecimento para além dos seus muros, recebe de fora, influxos positivos como retroalimentação. Dialogar com a sociedade, por meio da extensão, permite à universidade conhecer os seus anseios, aspirações, suas reais necessidades. Permite também que ela interaja com o saber popular. A identidade de uma



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

universidade comunitária é construída a partir dessa interação. Essa posição é consensual entre as comunitárias, sejam elas confessionais ou laicas.

“Na história da Universidade Comunitária no Brasil”, escreve Vannucchi, 2006, p.53, a atividade extensionista é “a expressão viva do pensar, do fazer, do agir de professores e alunos, estimulados e desafiados pela realidade do meio em que vivem, para aprenderem a aprender com a sociedade, na investigação da verdade, na busca partilhada de soluções de problemas coletivos e na construção consciente de uma vida digna de todos”.

Importante ressaltar que a educação superior no Brasil deve muito às universidades comunitárias, que começaram a aparecer já na década de 40 do século XX, por iniciativa das igrejas cristãs, que tinham uma sólida tradição em educação. Essas igrejas observaram que poderiam estender sua missão pedagógica ao ensino superior, para atender as demandas da sociedade, levando princípios e valores cristãos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Muitas outras universidades comunitárias não confessionais surgem no panorama brasileiro para atender as necessidades regionais e, aos poucos, vão assumindo um papel que deveria ser exclusivo do Estado na formação de profissionais, pesquisadores e cidadãos.

Para Vanucchi, torna-se letra morta o Plano de Desenvolvimento Institucional e tudo o que a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional sentenciou sobre extensão, se o ensino se reduzir a meras repetições de conhecimentos livrescos e atemporais, sem nenhum respeito à tríade professor-aluno-comunidade. A extensão bem entendida e bem exercida gera projetos de pesquisa engajada, ilumina e modifica qualquer sala de aula.

O ForExt tem produzido documentos importantes, com o nome de Cartas, que servem de guias de orientação teórico-metodológico, para as universidades e IES comunitárias, pois abordam as questões relevantes e essenciais sobre extensão.



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

O papel da Pesquisa

Como segundo conceito, passaremos à pesquisa.

O ensino superior voltado para a formação profissional pelo conhecimento científico deveria ter como objetivo fundamental o compromisso social, como forma de fazer retornar à sociedade o saber que dela se origina e, a formação do aluno na Universidade deveria privilegiar a capacidade de análise, o raciocínio abstrato, a construção e a operacionalização do conhecimento.

Como a pesquisa pode contribuir para esta questão?

O acelerado crescimento do conhecimento tornou impraticável o ensino tradicional baseado exclusivamente na transmissão oral da informação. Para o desenvolvimento da pesquisa é necessário buscar o conhecimento, formular o problema, coletar dados, analisar e tirar conclusões, ou seja, partir-se do desconhecido para encontrar e gerar novos conhecimentos.

Segundo Newton Aquiles Von Zuben, da Faculdade de Educação da Unicamp (Doutor em Filosofia pela Université de Louvain), 2003:

“qualquer iniciativa visando pensar a Universidade, afim de reconstruí-la como lugar eminente de ensino, de criação de conhecimento e de serviços à comunidade, deve estar atenta ao sentido da pesquisa, tanto em seu sentido lato como em busca de conhecimentos, como em seu sentido stricto como criação de novos conhecimentos à luz do acervo cultural estabelecido pela tradição. É razoável pensar-se numa relação dialética entre as duas ideias: a de pesquisa e a de Universidade. Não são separáveis, ao contrário, articulam-se e são co-determinantes”.

Para o homem, o desejo de conhecer é atávico e, cada qual a seu modo, busca a pesquisa, para saciar o desejo de conhecer. Cabe à Universidade a tarefa de organizar e sistematizar a busca e a transmissão do saber, além de fornecer o conhecimento já produzido pela humanidade. Ela, como



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

centro de pesquisa, é responsável por todas as áreas de interesse e de busca, seja na filosofia, nas artes, na literatura, nas ciências humanas e ciências tecnológicas e científicas.

Até bem pouco tempo, as atividades na graduação não contemplavam o ensino com pesquisa, o que levava a uma situação de distanciamento entre a prática pedagógica e a pesquisa, decorrente da forma de estruturação dos planos pedagógicos. Algumas são as razões que levaram a esta distanciamento, como , por exemplo: pouco valor dado à pesquisa no país, recursos insuficientes alocados para a pesquisa, ou, mesmo, tempo do professor, dedicado a várias disciplinas ou a várias instituições.

Os problemas poderiam ser solucionados, primeiramente, com a implantação de mudanças na condição profissional do professor, como a valorização pessoal, planos de carreira e salários, condições de trabalho e possibilidades de complementação de formação. Outro fator importante diz respeito à infraestrutura física e aporte de recursos, bem como a implantação de uma política compatível com as agências de fomento.

É essencial que o professor passe a trabalhar como pesquisador, identificando problemas, construindo soluções baseadas em leituras e também na sua própria experiência, analisando resultados obtidos e procurando caminhos alternativos.

O professor deverá ser transformado, de consumidor, transmissor e implementador de conhecimentos adquiridos em outras instâncias, em um produtor do conhecimento.

A pesquisa na formação docente é necessária e primordial ao professor da atualidade e no mundo que apresenta continuamente novos problemas, novos significados e novas ideias.

O Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil, fornecido pela plataforma Lattes do CNPq, nos demonstra que muitas universidades comunitárias se destacam como polos de produção científica, fazendo com que sejam reconhecidas nacionalmente e no exterior.

O que leva o docente a desenvolver pesquisa para tornar-se um pesquisador?

Em primeiro lugar, interesse pessoal, que independentemente de seu regime de trabalho ou obrigações paralelas realiza atividades para sua própria satisfação. Outros fatores não menos



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

importantes poderiam ser citados: disponibilidade de horário de trabalho, integração com grupos de pós-graduação e/ou iniciação científica, reconhecimento profissional, realização pessoal na contribuição do desenvolvimento da ciência, competência técnica, e, até mesmo, a curiosidade científica.

Acredita-se que se poderia resumir a três as condições básicas para desenvolvimento da pesquisa nas universidades: condições humanas, condições físicas e financeiras e, finalmente, condições institucionais.

A Universidade jamais poderia ser pensada como simplesmente um conjunto de prédios, laboratórios, bibliotecas e pessoas agrupadas por interesses ou funções similares, mas, sim, como um grupo de pessoas, que ocupando espaços físicos delimitados ou não, utilizam seus talentos e capacidades para criar e propagar o saber a serviço dos interesses da sociedade na qual ele se insere. A pesquisa, nas várias áreas, funciona como alavanca propulsora de transformação do processo de ensino/ aprendizagem.

Importante salientar, que a Universidade cuja proposta contempla a pesquisa, não deve deixar de valorizar o docente como pesquisador, o que implica na necessidade de atendimento de condições satisfatórias, seja de infra-estrutura, recursos físicos e financeiros e, sobretudo, no desenvolvimento intelectual do professor, através de programas dedicados. É um equívoco pensar em pesquisa, sem que a Universidade esteja preparada com condições mínimas necessárias à prática da pesquisa: instalações, recursos, disponibilidade de tempo e otimização dialógica entre espaços que produzam conhecimento. É importante que as esferas administrativas superiores entendam que a postura investigativa é indissociável do processo de ensino.

O que é pesquisa?

Poder -se -ia definir a pesquisa, como a sistematização de um processo de construção do conhecimento. É um processo dentro de um sistema, onde atuam os indivíduos que o realizam e a sociedade onde ela está inserida. Poder-se-ia defini-la também como um sistema de atividades



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

organizadas (planejadas e orientadas) pelo conjunto de conhecimento. Ainda, segundo Severino 2003: “A ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos. Em geral, poderíamos classificar a pesquisa pela área da ciência, pela natureza, pelos objetivos de estudo, pela forma de abordagem, etc”.

Para concluir poderíamos citar Severino(1996):

“ Na Universidade, ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam, mas a partir da pesquisa, ou seja, só se aprende, só se ensina, pesquisando; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nasceram da pesquisa. O professor precisa da prática da pesquisa, para ensinar eficazmente; o aluno precisa dela, para aprender eficaz e significativamente; a comunidade precisa da pesquisa, para poder dispor de produtos do conhecimento; e a Universidade precisa da pesquisa, para ser mediadora da educação.”

O que se pretende com o exposto é formalizar a necessidade e a relevância da indissociabilidade entre pesquisa e extensão, pois partiu-se, conforme o texto, de que ambas devam estar integradas através de um projeto político institucional e nacional, inserido no contexto histórico-cultural do ensino.

Ensino, pesquisa e extensão efetivamente se articulam



XIII Coloquio de Gestión Universitaria en Américas

Rendimientos académicos y eficacia social de la Universidad

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDERON, A. I. *Educação Superior: Construindo a Extensao Universitária*. São Paulo Ed Xamã, 1988

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

SEVERINO, A.J. *Metodologia do Trabalho Científico*, 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SÍVERES, L. *Universidade: Torre ou Sino*. Brasília: Ed Sulina, 2006.

-----*A universidade e o compromisso social: a contribuição da extensão*. Brasília: Ed Sulina, 2004.

VANNUCCHI, A. *A universidade comunitária – O que é, como se faz*. São Paulo: Ed.Loyola, 2004.

www.planalto.gov.br *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira*, 1996.